

# UM OUTRO OLHAR SOBRE O PROÁLCOOL

Fernando Ferro

Cláudio Rossi/Abril Imagens



O Programa Nacional do Álcool, Proálcool, um investimento que consumiu R\$ 11 bilhões, bem que poderia ser incluído na lista das “obras inacabadas” deste país. O certo é que esta iniciativa apresenta um quadro de difícil sustentação – nos moldes como se mantém hoje o Proálcool é indefensável.

Implantado em 1975, o Proálcool nunca chegou a ser um projeto econômico. Não é de estranhar que tenha acumulado uma dívida de R\$ 9 bilhões. O Programa deve R\$ 4 bilhões ao setor financeiro e R\$ 5 bilhões à Petrobrás (Conta Álcool).

Esta atividade industrial é responsável atualmente pela geração de 1 milhão de empregos no corte da cana e nas instalações das usinas. A produção anual – 12 bilhões de litros de álcool – não atende, porém, a demanda interna do país; ainda temos que importar 2 bilhões de litros/ano de álcool e metanol. O álcool movimenta hoje uma frota de 4,5 milhões de veículos. O combustível tem uma poderosa virtude ambiental: é menos poluente que a gasolina.

Todos esses fatores – o conjunto de virtudes e defeitos do Programa – exigem uma reflexão criteriosa e responsável sobre sua continuidade ou não.

No debate sobre o Programa geralmente são relegados os trabalhadores do setor sucro-alcooleiro.

Exclusão injustificável uma vez que são eles os responsáveis pelos processos de produção que geram o lucro das empresas.

Além disso, os mais tristes e vergonhosos indicadores sociais do país se encontram entre os trabalhadores das usinas e destilarias. A taxa de analfabetismo é de 74,8% para os homens e 77,6% para as mulheres; a taxa de mortalidade infantil é de 124 por mil nascidos vivos; expectativa de vida é das mais baixas do país.

***Crianças são condenadas ao trabalho nas lavouras de cana. São crianças sem futuro, porque vivem nos canaviais, cortando cana, sem possibilidade de melhores dias. Ali elas perdem a graça, os sonhos e a vida.***

O quadro é nacional, mas é no Nordeste que ele se torna mais degradante. A família média do trabalhador da cana-de-açúcar é composta de até sete pessoas, a renda média familiar é de R\$ 165,00. Em diversas propriedades ainda vigoram relações feudais entre empresário e trabalhador: não se assina carteira de trabalho; não se respeitam leis trabalhistas; permanece firme o “barracão” da usina, que secretamente aprisiona o trabalhador, responsável pela permuta do seu salário miserável por dívidas que nunca se pagam.

## Trabalho infantil

Além dessa violência ocorre uma outra, um genocídio: crianças são condenadas ao trabalho nas lavouras de cana. São crianças sem futuro, porque vivem nos canaviais, cortando cana, sem possibilidade de melhores dias. Ali elas perdem a graça, os sonhos e a vida.

No estado de São Paulo, conforme o IBGE, eram 57 mil crianças em 1990 trabalhando na atividade considerada pelos médicos como a mais penosa das praticadas na lavoura. De acordo com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas (Fetagal), 50 mil crianças, entre 6 e 13 anos, trabalham no corte de cana no estado.

Segundo pesquisa recente realizada pelo Centro Josué de Castro, do Recife, 26% da mão-de-obra trabalhadora de cana na zona da mata são crianças e adolescentes. Nas escolas deste

país deveria ser dito: criança, não verás país como este, onde se humilham e se trucidam jovens para fazer o açúcar do brigadeiro, do bolo de chocolate, dos refrigerantes, das festas que estes nunca conhecerão.

A maior parte das crianças é encaminhada para esse moinho de gente pequena pelos próprios pais. Estes usam-nas para complementar os miseráveis salários que recebem da usina e destilaria. Do total de crianças em atividade, cerca de 40% trabalham sem remuneração, pois “ajudam” pais ou parentes; 59% não têm acesso à escola em

virtude da jornada de trabalho. As que conseguem chegar à sala de aula apresentam grande dificuldade de aprendizagem resultante do cansaço e má alimentação.

Debater o Proálcool significa, principalmente, buscar transformar esta realidade. Paralelamente, não ser conivente com as políticas de saques aos cofres públicos que secularmente têm sustentado usineiros inadimplentes, um bando de espertalhões que entendem as finanças públicas como uma extensão dos cofres particulares. É importante alertar para o discurso oportunista, hipócrita e cínico dessas elites, que chantageiam a sociedade usando o quadro social e a ameaça de uma explosão popular para conseguir mais recursos do Tesouro. Não lhes basta o que já conseguiram no passado. Para cobrir seus débitos junto aos bancos, não têm vergonha de utilizar as vítimas de sua ganância –usando em benefício próprio aqueles que sempre foram explorados como trabalhadores.

### Renda mínima

Ao reconhecer a importância estratégica e ambiental do Proálcool e crer na sua viabilidade social, através de Projeto de Lei, estamos propondo a criação de um programa que garanta a renda mínima para o trabalhador da cana-de-açúcar. Poderemos construir uma fonte de financiamento para o projeto a partir do chamado imposto ou taxa ambiental, cobrado do preço da gasolina, desde

que adotemos, concomitantemente com esta iniciativa, um Programa de Renda Mínima (PRM). Este seria direcionado para complementar a renda familiar do trabalhador do setor. Para ter direito ao salário previsto no PRM ele teria que matricular e manter seus filhos na escola. O Programa seria custeado por contribuições do imposto ambiental com os recursos arrecadados do Programa de Assistência Social (PAS), previsto pela Lei 4.870/65, artigos 36 e 37, para atender o trabalhador da

*Se tecnologicamente o Proálcool se constitui referência internacional, fazendo com que Nações do Primeiro Mundo estejam nos procurando para conhecer nossa experiência, é preciso, também, que sejamos modelo na questão trabalhista.*

cana-de-açúcar. Ainda com estas fontes seria criado um fundo público, desvinculado da Petrobrás e dos usineiros, para subsidiar a pesquisa de energias alternativas e novas fontes.

A lei estabelece que os produtores são obrigados a depositar no PAS, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, 1% sobre o saco de açúcar, 1% sobre a tonelada de cana, 2% sobre o litro de álcool. O fundo criado com esses recursos deve ser aplicado em assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social. Levantamento feito pela

Associação das Indústrias de Açúcar e do Alcool de São Paulo (IAA) revela que só no período 1992/96 o Brasil produziu 912,1 milhões de toneladas de cana; no mesmo período produziu 48,4 milhões de metros cúbicos de álcool. Isto mostra que só com açúcar e álcool o PAS deve ter capitalizado mais de R\$ 4,6 bilhões –aproximadamente o que o governo deu para salvar o Banco Nacional. Quanto rende por ano o PAS? Só em 1995 o PAS deve ter recebido, da produção de álcool e cana, R\$ 890,4 milhões.

Além dessa iniciativa, propomos que parte das terras dos usineiros que se mostram inadequadas para o cultivo da cana sejam destinadas à Reforma Agrária. Igualmente, com o mesmo fim, propomos uma negociação das dívidas dos usineiros e proprietários de terras com as instituições financeiras do governo.

Fora destas bases não há como defender um programa para o álcool brasileiro. Se tecnologicamente o Proálcool constitui referência internacional, fazendo com que nações do Primeiro Mundo estejam nos procurando para conhecer nossa experiência, é preciso, também, que sejamos modelo na questão trabalhista. Ou adotamos mudanças radicais nesse programa, eliminando a vergonhosa situação de moinho de crianças, ou não tem sentido mantê-lo, exibindo esse passado tão sujo quanto o vinhoto que algumas usinas ainda jogam nos rios.

*Fernando Ferro é Deputado Federal pelo PT de Pernambuco.*